



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**SUJEITO PASSIVO:** C. V. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI

**ENDEREÇO:** Avenida Ji-Paraná, 688 - Urupá - Ji-Paraná/RO - MBT Advocacia CEP: 76900-192

**PAT Nº:** 20212701200065

**DATA DA AUTUAÇÃO:** 28/05/2021

**CAD/CNPJ:** 14.568.575/0001-10

**CAD/ICMS:** 00000003437515

**DECISÃO IMPROCEDENTE Nº: 2021/1/60/TATE/SEFIN**

1. Apropriação indevida de crédito fiscal, supostamente, em desacordo com a legislação tributária. 2. Defesa tempestiva 3. Infração ilidida 4. Auto de infração improcedente.

### **1 - RELATÓRIO**

O sujeito passivo acima identificado foi autuado porque teria se creditado a maior de ICMS no período de 2017 no valor de R\$ 535.972,99, conforme apurado no Relatório de Encerramento da Ação Fiscal em anexo.

Para a capitulação legal da infração e da penalidade foi indicado o art. 77-V-a-1 da lei 688/96.

O crédito tributário, à época da lavratura, tem a seguinte composição:

Tributo ICMS	R\$ 535.972,99
Multa (90%)	R\$ 684.542,57
Juros	R\$ 331.909,70
Atualização monetária	R\$ 224.629,97
<b>TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>R\$ 1.777.055,23</b>

O sujeito passivo foi notificado do auto de infração via DET, sendo sua defesa recebida tempestivamente.

### **2 - DAS ALEGAÇÕES DA DEFESA**

A impugnante quanto ao mérito requereu a aplicação do princípio da verdade material do

direito ao crédito presumido, pois, pelo fato de que está localizada no município de Guajará-Mirim, Área de Livre Comércio, sob regime fiscal especial, criada através da Lei n.º 8.210/9, e de acordo com o Convênio ICM nº 65/1988, c/c Convênio ICMS 52/92 e Convênio ICMS 25/08, são isentas de ICMS às saídas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização nas Áreas de Livre Comércio.

E que para usufruir do benefício de isenção do ICMS, o estabelecimento remetente deve abater do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido caso não houve a isenção, de modo que não há destaque de ICMS e, portanto, não há ICMS destacado para ser creditado pelo estabelecimento destinatário.

Que, porém, a legislação tributária autoriza ao estabelecimento destinatário usufruir do benefício fiscal do crédito presumido, ou seja, pelo fato de inexistir destaque de ICMS, não conduz à conclusão de que não haveria ICMS a se creditar, uma vez que deve ser aplicado o crédito presumido previsto no Anexo IV do RICMS-RO, de acordo com o artigo 39-IV do RICMS 8321/1998 vigente à época, o que fora desconsiderado pelo autuante.

E que em relação ao Item 01 do citado Anexo IV (Parte 2 – Dos créditos presumidos por prazo indeterminado), o Anexo Único da Instrução Normativa nº 005/2012/GAB/CRE, que instituiu o Manual de Orientações da Escrituração Fiscal Digital – EFD, vigente à época das operações, estipula as regras para escrituração das notas fiscais de entrada para empresas situadas em Guajará-Mirim que tiverem crédito presumido, que seria o seu caso no presente auto de infração.

Que, esclarecendo, o que teria havido foi um mero equívoco contábil, havendo lançamento do crédito em campo "impróprio", ou seja, foi realizada escrituração fiscal apontando crédito de ICMS decorrente de destaque em nota fiscal de compra ao invés de escriturar tais créditos decorrentes da legislação (Crédito Presumido - C 195).

E que, aplicando-se o crédito presumido nas operações objeto da atuação, constata-se que o valor do crédito presumido relativo às 422 notas fiscais analisadas (R\$ 555.243,19) é ainda superior ao valor creditado pelo contribuinte na EFD (R\$ 535.972,99), conforme Planilha .xlsx em anexo.

Por todo o exposto, em atenção ao princípio da verdade material, a impugnante requereu a improcedência da autuação fiscal, uma vez que inexistiu apropriação indevida crédito tributário, o que de fato existiu foi apenas um equívoco na escrituração fiscal, considerando que a mesma faz jus ao benefício fiscal do crédito presumido (Artigo 39-IV c/c Anexo IV do RICMS/RO 8321/1998), inexistindo, portanto, apropriação indevida de crédito de ICMS, devendo ser afastado o equívoco contábil.

Ou, alternativamente, caso o nobre Julgador entenda necessário, requereu a conversão do julgamento em diligência para que se verifique e confirme que os valores do crédito presumido aqui ventilados superam o valor do crédito apontado pela impugnante na EFD, inexistindo apropriação a maior.

### **3 - FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO**

Conforme consta na peça básica, a autuação versa sobre suposto crédito fiscal de ICMS realizado a maior na EFD no período de 2017 no valor de R\$ 535.972,99, conforme apurado no Relatório de Encerramento da Ação Fiscal em anexo, em decorrência dos trabalhos da DFE nº

20202501200039.

Regularmente notificado, o sujeito passivo, requereu a improcedência da autuação fiscal, sob a alegação de que fazia jus ao benefício fiscal do crédito presumido, conforme demonstrado, solicitando, ainda, alternativamente, que se verifique e se confirme, por meio de diligência, que os valores do crédito presumido informado superam o valor do crédito utilizado na EFD, para fins de comprovação da inexistência de apropriação a maior, uma vez que teria ocorrido apenas equívoco na escrituração fiscal.

Inicialmente, após realizar a análise por amostragem do arquivo “145685750000110”, que contém a apuração dos valores, supostamente, apropriados a maior em 2017, verifica-se que ora se refere à alíquota de 7% (sete por cento), ora 12% (doze por cento), conforme a origem, de modo que, para dirimir a controvérsia, acatei o pedido de diligência do sujeito passivo (para se confirmar o equívoco ao lançar os créditos presumidos, que seria no campo C195), por se tratar de contribuinte domiciliado em Guajará-Mirim-RO, e que, de fato, faz jus ao benefício fiscal do crédito presumido (art. 39-IV do RICMS-RO).

E em resposta, de acordo com o Relatório-Diligência do autuante, este confirmou que o crédito presumido no valor de R\$ 555.243,19, relativo às 422 notas fiscais de 2017, de fato, superam o valor creditado pelo contribuinte na EFD de R\$ 535.972,99 (Item 1 da Diligência), afirmando que razão assiste à defesa do contribuinte, e quanto ao ponto 2 do Despacho, vez que a escrituração fiscal foi feita apontando crédito de ICMS decorrente de destaque em nota fiscal de compra, ao invés de escriturar tais créditos no campo “Crédito Presumido - C195”, o autuante opnou pela necessidade do sujeito passivo realizar a adequação da escrituração do crédito fiscal, nos termos decorrentes da legislação, ou seja, no campo específico (C195), conforme previsto na Instrução Normativa n° 033/2018/GAB/CRE.

Portanto, a par dos esclarecimentos trazidos pelo autuante, o autuado se desincumbe da acusação, já que, aplicando-se o crédito presumido nas operações objeto da atuação, não observado pelo autuante, constata-se, efetivamente, que o valor do crédito presumido relativo às aludidas 422 notas fiscais (R\$ 555.243,19) é superior ao valor creditado pelo contribuinte na EFD (R\$ 535.972,99), não havendo, assim, que se falar em crédito a maior de ICMS no período fiscalizado.

Dessa forma, em vista dos fatos e das provas acostadas, e considerando-se que a autuação decorreu de equívoco do sujeito passivo ao lançar os créditos presumidos a que tem direito (conforme art. 39-IV do RICMS-RO), que seriam no campo C195, e não como crédito de ICMS decorrente de destaque em nota fiscal de compra, o que fora corroborado pelo Relatório-Diligência do autor do feito, decido pela improcedência do presente auto de infração.

#### **4 - CONCLUSÃO**

No uso da atribuição disposta no artigo 79, II, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo Tributário – TATE, aprovado pelo Decreto n° 9157, de 24 de julho de 2000, **JULGO IMPROCEDENTE** o auto de infração e **INDEVIDO** o crédito tributário de R\$ 1.777.055,23.

Desta decisão, recorro de ofício à Câmara de Julgamento de Segunda Instância, nos termos previstos no art. 132 da lei 688/96.

Em face do disposto no § 3º desse mesmo artigo, que se encaminhe o processo aos

autores do feito.

Que o processo seja encaminhado posteriormente à GEFIS/CRE, e, uma vez notificado o contribuinte, este regularize a pendência em relação à obrigação acessória, ou seja, corrija a escrituração do crédito fiscal (C195), nos termos decorrentes da legislação pertinente (art. 71-§ 6º da Lei 688/96).

## **5 - ORDEM DE INTIMAÇÃO**

Notifique-se o contribuinte autuado da decisão de Primeira Instância, reservado o direito de vistas e manifestação junto à Câmara de Julgamento de Segunda Instância.

*Porto Velho, 23/12/2021.*

*Elder Basílio e Silva*

***JULGADOR DE 1ª INSTÂNCIA***



Documento assinado eletronicamente por:

**Elder Basílio e Silva, Auditor Fiscal,**

Data: **23/12/2021**, às **3:23**.

Conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.